

Ata da Décima Terceira Sessão Ordinária, do Quarto ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos cinco de junho de dois mil e doze, às dezenove e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Vice-Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Secretários Srs. Rubens das Virgens e Alfredo Chiavegato Neto. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Edison Cardoso de Sá para proferir o seguinte texto: Livro do Profeta Ezequiel – Capítulo 17, versículos 22 a 24: “Assim diz o Senhor Deus: ‘Eu mesmo vou tirar da copa daquele cedro um broto; da ponta cortarei um ramo bem viçoso, e eu mesmo vou plantá-lo no alto de um monte elevado. É nas alturas da montanha de Israel que vou plantá-lo. Vai soltar ramos e produzir frutos, e se transformará num cedro gigante. Os passarinhos farão nele seus ninhos, e os pássaros se abrigarão à sombra de seus ramos. E todas as árvores do campo saberão que sou eu sou o Senhor, que rebaixo a árvore alta e elevo a árvore baixa, seco a árvore verde e faço brotar a árvore seca. Eu, o Senhor, falo e faço.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Rainero Venturini, Rita de Cássia Siste Bergamasco e Rubens das Virgens. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, saudou a presença do Padre Francisco Ronaldo Silvestre, Administrador Paroquial da Paróquia Beata Irmã Dulce, e saudou, também, a todos os presentes; a seguir, foram colocadas em votação as Atas da Sessão Ordinária anterior, e da Terceira Sessão Extraordinária, realizada em quinze de março de dois mil e doze, as quais foram aprovadas, uma a uma, por unanimidade de votos pelo Plenário e assinadas pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: primeiramente, o Sr. Edison Cardoso de Sá pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Senhor Prefeito, dos Projetos, dos Requerimentos, e das Indicações dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação o requerimento, foi o mesmo

aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício SEGOV nº 158/2012 acusando o recebimento das Indicações nºs 99 e 100/2012 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri; 2. Ofício SEGOV nº 159/2012 acusando o recebimento da Moção nº 034/2012 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri de congratulações e louvor ao Sr. Prefeito Municipal pela renovação da Galeria de Prefeitos no interior da Prefeitura Municipal; 3. Ofício SEGOV nº 160/2012 acusando o recebimento do Requerimento nº 041/2012 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando informações se haverá Campeonato de Futebol Sênior em nosso Município, entre outras questões; 4. Ofício SEGOV nº 168/2012 acusando o recebimento das Indicações nºs 101/2012 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto; 102, 103, 104 e 105/2012 do Sr. Rubens das Virgens e 106/2012 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri; 5. Ofício SEGOV nº 169/2012 acusando o recebimento do Requerimento nº 043/2012 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando informações sobre o responsável pela Secretaria de Defesa Social. A seguir, dos Senhores Vereadores foram lidas as ementas das seguintes proposituras: Projetos: 1. De Lei da Mesa Diretora da Câmara Municipal (Vereadores Antonio Mauricio Cordeiro Hossri – Presidente; Rubens das Virgens – 1º Secretário) que dispõe sobre a fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, e dá outra providência; 2. De Lei da Mesa Diretora da Câmara Municipal que dá nova redação ao art. 3º, da Lei nº 2.093, de 14 de maio de 2012, que versa sobre o quadro de servidores da Câmara Municipal; 3. De Lei da Mesa Diretora da Câmara Municipal que dispõe sobre a fixação dos subsídios dos Vereadores, e dá outras providências; 4. De Lei da Mesa Diretora da Câmara Municipal que dispõe sobre a revisão geral anual dos valores dos subsídios dos Vereadores, nos moldes do inciso X, do art. 37 da Constituição Federal; 5. De Lei da Mesa Diretora da Câmara Municipal (Vereadores Antonio Mauricio Cordeiro Hossri – Presidente; Rubens das Virgens – 1º Secretário) que dispõe sobre a revisão dos valores dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, na forma do art. 3º, da Lei nº 1.812, de 16 de junho de 2008; depois de lidos foram os projetos encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer; Requerimentos: 1. Do Sr. Rainero Venturini solicitando à Expresso Metrôpolis Transportes e Viagens Ltda, para que os ônibus que fazem a linha Campinas/Jaguariúna possam fazer a parada no ponto antigo, cerca de 100 (cem metros), antes do Rio Atibaia; 2. Do Sr. Rainero Venturini solicitando à Telefônica – Telecomunicações de São Paulo S/A, a retirada dos postes de telefonia que estão fixados no meio da estrada de acesso ao Hotel Fazenda Duas Marias,

sentido Pinhalzinho, neste Município; 3. Do Sr. Rainero Venturini solicitando ao Executivo Municipal informar se o Código de Postura, no seu art. 108, III, está sendo devidamente cumprido, entre outras questões; 4. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando à Mesa Diretora da Câmara Municipal informar quando será a Sessão Solene de entrega de Título de Cidadão Jaguariunense; 5. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal informar por que até o momento não foram instalados os ventiladores na sala de espera do Departamento de Odontologia, do centro da Cidade, conforme sugerido na Indicação nº 071/2012; 6. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal informar quais os critérios que foram utilizados para autorização do alvará de demolição da casa que existia na Rua Alfredo Engler, ao lado do Banco Santander, que era de propriedade da família Poltronieri e se o Conselho de Tombamento emitiu parecer sobre essa demolição; 7. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal informar se existe previsão para a criação da CAPS – Centro de Atenção Psico-Social neste Município, e o que está faltando para que ele seja implantado; 8. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal informar por que não existe mais a ronda feita com bicicletas, pelos Guardas Municipais e onde estão atuando esses guardas, e onde estão as bicicletas; 9. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Senhor Secretário de Estado da Educação, Sr. Herman Jacobus Cornelis Voorwald, bem como à Diretoria de Ensino da Região Campinas-Leste, na pessoa do Sr. Prof. Nivaldo Vicente, Dirigente de Ensino, solicitando esclarecimentos quanto à Escola escolhida ou a ser escolhida para funcionar em período integral na Cidade de Jaguariúna entre outras questões; 10. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o afastamento da atual Secretária Municipal de Educação, quem será o responsável por aquela Pasta; Indicações: 1. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal providenciar a limpeza completa do terreno onde fica a caixa d'água no bairro Terras da Capela de Santo Antonio; 2. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal reparo no poste de iluminação pública na rua Maria Munaretti Picelli, ao lado do orelhão, no Bairro Parque Florianópolis; 3. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal a limpeza da área onde ficam as torres de energia elétrica que abrange os bairros Sylvio Rinaldi, Residencial Arco Íris e Vila Jorge Zambom; 4. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal a colocação de ar condicionado e internet para todos os profissionais na unidade de Saúde Mental; 5. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal a colocação de

bebedouros em toda extensão do Parque Linear; 6. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal relação atualizada dos números de telefones de cada Secretaria onde os Secretários estão afastados das funções, bem como o nome dos responsáveis por cada uma dela; 7. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal tapar um buraco existente na rua Maneta, altura do número 144, na Vila São José; 8. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal trocar as lâmpadas de três postes existentes na rua Mal. Floriano Peixoto, no bairro Berlim; 9. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal a aquisição de mais containers (lixeiras verdes) para serem colocados em outros pontos da Cidade.

Moções: 1. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues de congratulações e louvor à Sra. Dra. Benedita de Fátima Machado de Souza, Diretora Geral do Hospital Municipal “Walter Ferrari”, pela força e coragem, pelo exemplo de superação e comprometimento; 2. Dos Srs. Airton Braulino Jorge e Karina Valéria Rodrigues de congratulações e louvor à Secretária de Educação de Jaguariúna, a Sra. Cássia Murer Montagner, ao Prefeito Municipal, Sr. Marcio Gustavo Bernardes Reis, e Diretores e Professores das Escolas Municipais pelo melhor resultado da Região Metropolitana no SARESP; 3. Dos Srs. Rainero Venturini e Airton Braulino Jorge de pesar pelo passamento do Sr. Antonio de Lima (Toninho Cozinheiro) ocorrido em 27 de maio do corrente, aos 64 anos de idade, nesta cidade. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 001946/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 1.700,00; 2. Comunicado nº CM033380/2012 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 73.149,97; 3. Comunicado nº CM072251/2012 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 269.342,92; 4. CT PL R*AC 191/2012 do Gerente Regional Telefônica/Vivo dando resposta ao Requerimento nº 034/2012 da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando a instalação de um orelhão na Rua Ângelo Refundini, aproximadamente 2km do final do asfalto, no bairro de Guedes (solicita croqui do local); 5. Ofício D-FAJ nº 019/2012 do Diretor de Campus – FAJ 1 convidando a Casa para o evento ROBOCORE – Guerra de Robôs, nos dias 7,8,9 e 10 de junho, das 10 às 20 horas, na FAJ. A seguir, o Sr. Presidente colocou em Votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: primeiramente, o Sr. Airton Braulino Jorge apresentou requerimento verbal, baseado no Art. 243,

I, e § 3º do Regimento Interno, solicitando que a votação das proposições acontecesse pelo processo simbólico, onde os que estivessem de acordo permaneceriam sentados, e os contrários se levantariam, visto o acúmulo de proposições; em discussão e votação o requerimento verbal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as proposições, pelo processo simbólico, conforme preceituava o § 1º do Artigo 243, comunicando que os Vereadores que fossem favoráveis permanecessem sentados, e os que fossem contrários ficassem em pé: 1. Requerimento do Sr. Rainero Venturini solicitando à Expresso Metrópolis Transportes e Viagens Ltda, para que os ônibus que fazem a linha Campinas/Jaguariúna possam fazer a parada no ponto antigo, cerca de 100 (cem metros), antes do Rio Atibaia, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Rainero Venturini solicitando à Telefônica – Telecomunicações de São Paulo S/A, a retirada dos postes de telefonia que estão fixados no meio da estrada de acesso ao Hotel Fazenda Duas Marias, sentido Pinhalzinho, neste Município, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. Rainero Venturini solicitando ao Executivo Municipal informar se o Código de Postura, no seu art. 108, III, está sendo devidamente cumprido, entre outras questões, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando à Mesa Diretora da Câmara Municipal informar quando será a Sessão Solene de entrega de Título de Cidadão Jaguariunense, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal informar por que até o momento não foram instalados os ventiladores na sala de espera do Departamento de Odontologia, do centro da Cidade, conforme sugerido na Indicação nº 071/2012, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Requerimento da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal informar quais os critérios que foram utilizados para autorização do alvará de demolição da casa que existia na Rua Alfredo Engler, ao lado do Banco Santander, que era de propriedade da família Poltronieri e se o Conselho de Tombamento emitiu parecer sobre essa demolição, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Requerimento da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal informar se existe previsão para a criação da CAPS – Centro de Atenção Psico-Social neste Município, e o que está faltando para que ele seja implantado, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 8. Requerimento da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo

Municipal informar por que não existe mais a ronda feita com bicicletas, pelos Guardas Municipais e onde estão atuando esses guardas, e onde estão as bicicletas em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 9. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Senhor Secretário de Estado da Educação, Sr. Herman Jacobus Cornelis Voorwald, bem como à Diretoria de Ensino da Região Campinas-Leste, na pessoa do Sr. Prof. Nivaldo Vicente, Dirigente de Ensino, solicitando esclarecimentos quanto à Escola escolhida ou a ser escolhida para funcionar em período integral na Cidade de Jaguariúna entre outras questões em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 10. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o afastamento da atual Secretária Municipal de Educação, quem será o responsável por aquela Pasta, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 11. Moção da Sra. Karina Valéria Rodrigues de congratulações e louvor à Sra. Dra. Benedita de Fátima Machado de Souza, Diretora Geral do Hospital Municipal “Walter Ferrari”, pela força e coragem, pelo exemplo de superação e comprometimento, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 12. Moção dos Srs. Airton Braulino Jorge e Karina Valéria Rodrigues de congratulações e louvor à Secretária de Educação de Jaguariúna, a Sra. Cássia Murer Montagner, ao Prefeito Municipal, Sr. Marcio Gustavo Bernardes Reis, e Diretores e Professores das Escolas Municipais pelo melhor resultado da Região Metropolitana no SARESP, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 13. Moção dos Srs. Rainero Venturini e Airton Braulino Jorge de pesar pelo passamento do Sr. Antonio de Lima (Toninho Cozinheiro) ocorrido em 27 de maio do corrente, aos 64 anos de idade, nesta cidade, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores que quisessem fazer uso por dez minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomariam a palavra os Srs. Karina Valéria Rodrigues, Rainero Venturini, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rubens das Virgens e Airton Braulino Jorge que a passaram; tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, agradecendo a presença da autoridades eclesiástica, o Padre Chiquinho da Paróquia Beata Irmã Dulce, o agradeceu pela presença; a seguir, disse que iria iniciar sua fala, agradecendo a uma pessoa que tinha prestado um serviço muito grande a ele e aos munícipes desta Cidade, e que a partir do último dia trinta os deixou para concorrer às próximas eleições como Vereador na cidade de Jaguariúna, seu amigo José Preto de Godoy, e disse esperar que ele tivesse êxito em sua empreitada, e

disse, ainda, que foi uma satisfação e as portas sempre estariam abertas ao trabalho dele próximo à sua pessoa, porque, realmente, ele, o Sr. José Preto de Godoy, era uma pessoa competente e estava sempre à disposição da população; o agradeceu por aqueles momentos que ele sempre tinha lhe proporcionado de amizade e de trabalho; desejou boa sorte mesmo ao Sr. José Preto de Godoy, e sucesso junto ao seu Partido, e que ele, quem soubesse, no futuro, fosse um colega de Câmara; a seguir, disse de lembrar a todos que aquele dia era o Dia Internacional do Meio Ambiente, e fez um momento de reflexão do que Jaguariúna estava fazendo em prol do Meio Ambiente, e que não vinham vendo muita coisa, e disse que o Meio Ambiente merecia uma atenção ímpar em todas as Administrações e esperava que ele não deixasse apenas num selo que tinha recebido, o Selo Verde Azul, que não fosse somente um exemplo, simplesmente, no papel, e sim com ações que representassem um ganho muito grande para o Meio Ambiente da cidade; disse que tinha tido a oportunidade de ler uma matéria que ficou estampada nos jornais, e também nos outdoors do Município, onde elevava Jaguariúna como a primeira cidade da Região Metropolitana a obter a nota máxima, a maior nota no SARESP, e que ele só gostaria que todos eles fizessem, também, um momento de reflexão, e pensassem que isso que aconteceu com a Cidade, com esse prêmio, foi fruto de um milagre, e disse que isso não aconteceu da noite para o dia, com poucas ações que fez com que Jaguariúna chegasse onde chegou; lembrou a todos que isso era fruto de um trabalho que vinha de longa data, pessoas, realmente, dedicadas à Educação no Município, mas culminava com um ponto muito importante nas Administrações passadas, que foi em junho de dois mil e um, onde eles votaram na Casa a lei que autorizava o Município a fazer a Municipalização do Ensino, e que isso sim começava a dar um avanço muito grande no Município; disse que para esclarecer e elucidar os nobres Colegas, o Vereador que votou contra a Municipalização do Ensino em dois mil e um, hoje, era o Prefeito de Jaguariúna; disse que todo o ganho que eles trouxeram para o Município na área da Educação, através da Municipalização, e que ele iria dizer algumas coisas que eles tinham conseguido, através da melhoria dos salários dos professores, a contratação de inúmeros professores, e que hoje um funcionário da Rede Municipal ganhava quase três vezes mais que ganhava um professor da Rede Estadual, sem contar os projetos educacionais, fossem eles com escolas interativas, salas de computadores, bibliotecas interativas, reforma das escolas, uma maior proximidade da comunidade com os diretores e, conseqüentemente, com a Administração; foi construída, dentre outras escolas, o Bom Jardim para quem queria se lembrar, a Escola do Florianópolis, Mário

Bergamasco, a Escola Irineu Espedito Ferrari, na Doze de Setembro; foi construída uma nova escola que foi o Amâncio, uma nova escola, que foi no Nassif, uma nova escola no “Franklin de Toledo Piza”, lá no Cruzeiro do Sul; disse que foram ampliadas e reformadas todas as escolas do Município, inclusive recebendo bibliotecas interativas, salas de computação, na Escola do Tanquinho, do Guedes, da Nova Jaguariúna, enfim, tinha sido um avanço tremendo, e por incrível que parecesse, o atual Prefeito votou contra na
quela época, veio nesta Casa, e que o Toninho Tonini também tinha votado contra, eram dois vereadores que tinham votado contra a municipalização do ensino; trouxeram Deputados na Casa falando que, realmente, a municipalização não era bom para o Município, e graças a dez Vereadores que lá compreenderam, dez que votaram favoráveis, dois contrários e o Presidente não votava, e que eram treze na época, e o Prefeito que batia no peito hoje, que falava que a prova do SARESP levou Jaguariúna à primeira a receber o resultado na Região Metropolitana, melhor avaliação, naquela época não pensou nisso; perguntou como podia uma pessoa que não pensava longe assumir uma administração? Disse que, realmente, iriam ser penalizados por decisões tomadas agora e que no futuro iriam sofrer muito; comentou que era triste não se lembrar do passado e, simplesmente, achar que a ação de uma Secretária, ou uma varinha mágica fez com que a Educação do Município desse um salto muito grande; disse que a Rita tinha lhe lembrado muito bem, também, que depois do FUNDEF, que foi votado em dois mil e um, foi criado o FUNDEB, e a partir do FUNDEB, do qual originou na negativa das contas do anterior Prefeito, que disseram que não aplicou o valor na Educação que seria o suficiente para poder dar um bom ganho ao ensino do Município, e que infelizmente se via o que acontecia com a Política: a pessoa que, realmente, batalhou para que todos esses ganhos viessem a acontecer no futuro, foi penalizado porque se dizia que não tinha se aplicado um recurso que era do FUNDEF, ou melhor do FUNDEB que foi outro fundo que foi criado depois com a Municipalização das Escolas do Ensino Básico, e tinha ocorrido esse problema com relação ao Prefeito anterior, e que voltava a dizer, tinha investido e investido muito na Educação, inclusive em dois mil e oito cinco escolas eram em período integral, e que hoje era só uma que funcionava; disse que a prova do SARESP que tinha acontecido neste ano, onde o Município tinha participado e foi a primeira na Região Metropolitana, e que no ano passado a primeira cidade tinha sido Pedreira, e perguntou se sabiam qual tinha sido o artifício que eles usaram para ser a primeira? Tiraram todos os alunos deficientes da escola e as pessoas que não tinham condições de acompanhamento dos alunos que,

realmente, estavam na frente deles; tiraram da sala de aulas, colocaram no pátio, e só os alunos mais capacitados fizeram a prova, em Pedreira, e que Jaguariúna, neste ano, teve o mesmo exemplo, não agiu com honestidade com as pessoas que avaliavam esse quadro, porque diretores chegaram a falar para ele que tiraram alunos da sala de aula, colocaram no pátio para que, realmente, só as pessoas mais capacitadas fizessem a prova; disse que, infelizmente, era assim, hoje, que se ganhavam prêmios, aí, burlando um dado que era importante para avaliar, realmente, o rendimento e onde tinham que investir mais recursos, e que não se brincava com a Educação, e voltou a dizer que ele podia bater no peito e dizer que ele tinha sido um daqueles Vereadores que, em dois mil e um, acreditou assim como ele acreditava e era municipalista, que todo recurso que vinha do Governo Federal e Estadual, se fosse gerenciado e municipalizado, sabia que iria ser em benefício da população, e que estava aí o exemplo das Escolas do Município; voltou a dizer que não era algo que simplesmente aconteceu com uma varinha de condão, num passe de mágica, era fruto de um trabalho que vinha de longa data no Município, e que estava aí, estavam começando, a colher os frutos e que esperava que da próxima prova do SARESP, eles estivessem mais atentos e não fizessem o que fizeram naquele ano, pois tinham seguido um exemplo e seguiram um exemplo errado, tiraram os alunos da sala de aula para tentar conseguir um índice melhor, e que conseguiram mesmo, realmente, o primeiro na Região Metropolitana, mas existiam outros municípios na frente de Jaguariúna se eles fossem acompanhar todo o Estado de São Paulo; disse que era importante agirem com honestidade e dignidade com assuntos que eram de interesse coletivo, e que não adiantava falar que eram o primeiro nisso, o primeiro naquilo, se eles não davam exemplo na questão ética, onde, realmente, eles moldavam o caráter de uma pessoa, porque muitas pessoas tinham ficado chateadas com uma decisão como esta; voltou a dizer que era triste eles participarem e ficarem sabendo de uma atitude como esta; soou o alarme do tempo, e o Vereador desejou boa noite; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá que a passou; tomou a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos, dizendo que o nobre Vereador Alfredo estava correto, e que vinha sendo construído ao longo do tempo de Administração séria, construindo creches, capacitando os professores, porque achava que a melhor capacitação eram os profissionais valorizando isso, e tinha certeza que quando da Municipalização do Ensino houve várias discussões, coisa que nesta Administração, eles pouco sabiam, e um exemplo claro foi quando foi criada a Zona Azul, e que tinham trazido os comerciantes na Casa, trouxeram bastante gente, discutiram, fizeram de tudo, e que desta vez,

eles foram, simplesmente, só comunicados, mais nada, como, também, diversos projetos que ali passaram, um exemplo claro era o Estatutário, que nem discutido na Casa foi, também; agradeceu o Prefeito anterior, e que o prêmio, na verdade, tinha que ser entregue a ele, não a esta gestão, e que essa era sua opinião; e que dizer que eram as apostilas e as famosas lousas mágicas superfaturas que estavam no Ministério Público, era fácil jogar no jornal e dizer isso, e que era a coisa mais fácil do mundo; disse, também, que se investiu no ensino, e que o projeto que eles votaram do aumento dos servidores, que já foi pouco, cinco vírgula cinco por cento, muitos servidores lhe procuraram, também, dizendo que não tinham recebido o retroativo a março, e que o mês de março não, mas o mês de abril sim, e que a lei no artigo seis, que até tinha sido retirado que até tinha parabenizado os nobres Vereadores, o Líder do Governo, na época, não foi contabilizado, então, achava que se não estava valorizando nem o servidor municipal que vestia a camisa todo dia, que levantava cedo, que trabalhava, que atendia a população, isso não era justo, e que achava que, pelo menos o salário era sagrado, em toda e qualquer profissão, e que se a Casa estava sendo desrespeitada mais uma vez, e que não só a Casa, na verdade, ele estava desrespeitando a própria lei dele, que ele tinha enviado a lei para a Casa, primeiro foi retirado, agradeceu ao Líder do Governo, novamente, como tinha agradecido naquela oportunidade, o projeto veio, eles votaram, retroativo a março, mas até aquele dia ele não tinha cumprido, e para muitas pessoas, cinco reais, dez reais fazia muita diferença no orçamento doméstico; disse esperar que ele cumprisse, esperava que fosse feito, ainda, até no dia seguinte, se fosse possível, porque tinha muita gente contando com o aumento que já tinha sido pouco, esperou chegar o período eleitoral para por em prática isso; parabenizou, também, à Rita pelo trabalho que ela tinha feito junto à Secretaria, principalmente, agora nas casas populares, que estavam sendo entregues, e que era lógico, que alguma coisa eles não concordavam, como por exemplo sabiam, que tinha que passar pelo crivo da Caixa Federal e para isso, não sabia se iria conseguir usar exatamente o termo, e que sabia que não era “Habite-se”, porque achava que Condomínio era uma licença de operação CETESB que precisava, que era o término de conclusão da obra, não era isso, perguntou, para poder encaminhar à Caixa Federal; disse esperar que isso não tivesse sido uma jogada política, de coração, porque ia ser desumano com as pessoas que lá estiveram, mas queria deixar bem claro que isso era responsabilidade do Prefeito, e que não estava falando da Secretaria, não estava falando de ninguém, era responsabilidade do Prefeito Municipal, porque quem dava as ordens, era ele, e citou: “manda quem pode e obedece quem tem juízo” e que se ele tinha

promovido esse tipo de evento, esperava, pelo amor de Deus e por tudo o que era mais sagrado neste mundo, que não tivesse dado falsa ilusão àquelas pessoas que lá estiveram, e queria saber se seria, humanamente possível entregar e passar pela Caixa Federal, e que era só isso que queria saber; se tinha asfalto, e que sabia que energia elétrica não tinha, sabia que água não tinha, estava marcada a José Alves Guedes, esgoto não tinha, que estava pronto o elevatório, para depois ser encaminhado à Caixa, para depois ser aprovado o crédito, o financiamento, ou algo que não sabia como se dava o nome; disse que esperava que não tivesse sido uma jogada de marketing, uma jogada política, e que era a única coisa que ele esperava, e que esperava que quem fosse sorteado, quem fosse contemplado, Deus abençoasse, porque achava que a moradia era um sonho de muita gente, muita gente, e que esperava isso de coração, e que ninguém estava ali para fazer política numa hora dessa, e que esperava que não tivesse tido nenhum tipo de conchavo político que “A” pegou, que “B” pegou, “C” pegou, “D” pegou, um ia passar, outro não ia passar, e que esperava que isso não ocorresse; a seguir disse que queria ali, também, pela primeira vez ou segunda, disse ao Renê, que ele compactuava com a indicação ou requerimento dele, do artigo cento e um, principalmente, na Roseira de Baixo, que era o alvará e que não sabia se tinha sido por isso que ele tinha feito ou não, mas que ele estava sabendo que o antigo bar do Ninão estava indo até de madrugada e muitos moradores estavam fazendo abaixo-assinado, tudo, e esperava que fosse cumprido, porque atrapalhava o sossego e a segurança de lá, e que estava indo até duas ou três horas da manhã e que ele também tinha tido muita reclamação; disse que também queria compactuar, e que se precisasse de alguma coisa e ele pudesse, e que sabia que o Vereador não precisava, mas que ele queria ajudar a população, mas se pudesse estaria à disposição, também; com relação ao Dia Internacional do Meio Ambiente, tinham a comemorar e que achava que era essencial para o futuro da humanidade, e que ele achava que tinham que continuar defendendo isso com unhas e dentes, como sempre parabenizando o Hilário que lutava sempre por isso, e que muitas vezes não era escutado, confirmou com o Hilário presente na assembleia, mas o parabenizou pela sua luta, e que estava usando o nome dele porque conhecia desde o começo o trabalho que ele vinha fazendo, exercendo, e esperava que a promessa que tinha sido feita a ele fosse cumprida, e que não precisava dizer qual foi, porque aí cabia a todos, mas esperava que fosse cumprida, esperava que eles não desperdiçassem, também, dinheiro, como eles tinham desperdiçado nove milhões que foi repassado por falta de projeto para fazer o resto do tratamento de esgoto da Cidade, foi perdido, e que iriam votar projetos, novamente, e

esperava que, também, que não fossem perdidos, porque envolvia segurança, saúde e diversas coisas, e aí o mais alarmante, e que queria salientar, porque iriam entrar numa área com relação à vida, e que não era a primeira vez, não era a segunda, não era a terceira, e que naquele dia ele estava indo para Campinas, mais um carro levando pacientes, passando o pedágio, quebrado, e pediu para adivinharem de que cidade que era? Jaguariúna, respondeu; disse que o pessoal da Renovias já sabia: quebrou. Era de Jaguariúna, estava pertinho para levar, ou não queria pagar pedágio porque não tinha dinheiro, porque ou quebrava antes ou quebrava depois, um pouquinho, e que novamente, pessoas em jejum, pessoas fazendo exames, pessoas passando mal, e mais um automóvel da Secretaria de Saúde quebrado; disse que era um absurdo, mas o Prefeito estava andando de carro alugado, um Azera zero quilômetro, e que eram eles que pagavam, mas achava que quem tinha que andar de Azera zero quilômetro seria a população de Jaguariúna, mas que era tudo o que ele tinha a dizer, e desejou boa noite; a seguir, tomou a palavra o Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri que cumprimentou a todos, dizendo que iria voltar a falar sobre a Educação, e que eram dois requerimentos que ele fazia naquela noite, um, um pouco tarde, por causa das duas sessões que eles não tinham tido nas duas terças anteriores, mas que iria deixar ali em ressalva; o primeiro era sobre o afastamento da Secretária e quem iria responder pela pasta da Educação na Cidade, e o segundo requerimento, um pouco mais alarmante, era que a partir do ano de dois mil e treze, a Escola Celso Henrique Tozzi, deixaria de existir na Cidade, e ela seria uma escola de tempo integral do Estado, e que ia ali algumas perguntas, algumas indagações sobre o que podia ocorrer e o que não podia ocorrer, e ele, como professor, estava fazendo em conjunto com as escolas e professores num geral, e que fez os seguintes questionamentos: “Qual a escola estadual foi escolhida para funcionar em período integral? Por quê?” Disse que esta resposta ele já tinha, foi o Tozzi, já estava escolhida e em dois mil e treze já iria ser o Tozzi, que deixava de existir a Escola Celso Henrique Tozzi; e continuou a ler os questionamentos: “Quais são os projetos para que a escola funcione em tempo integral? Como ficam os cargos dos professores efetivos? Qual a carga horária dos professores? Como ficaria a superlotação nas outras escolas do Município?” Disse que nem todos os estudantes iriam querer ficar em tempo integral na escola, naquele projeto, e a super lotação nas outras escolas da cidade? E depois continuou: “Os outros professores efetivos poderão optar para participarem do projeto? Como ficará o funcionamento no período noturno, com o prédio e com as muitas salas hoje, em dias, no período em atividade, ficarão ociosas, inativas?” Comentou que disseram que iria fechar às cinco da

tarde e à noite aquele prédio iria ficar ocioso e as outras escolas superlotadas; continuou: “Como ficará a situação dos funcionários públicos estaduais (secretários, agentes de limpeza, e outros)? Serão remanejados? Por que a categoria “O” não poderá participar do projeto? Em que circunstância foi decidida a escola para funcionamento em período integral: teve a participação dos alunos e da população? Todos os professores assinaram concordando com essas reformas educacionais? Eles sabiam que seus cargos seriam removidos? Para atender a demanda dos alunos do período noturno e dos demais períodos, as escolas terão garantido o número máximo de alunos previsto em Lei de 40 por sala? Para atender os alunos estão garantidos todos os espaços pedagógicos como laboratório, biblioteca, sala de vídeo, etc, ou os mesmos poderão ser transformados em salas de aula para atendimento da demanda? Todos os alunos do município que quiserem estudar na escola de tempo integral terão vaga garantida? Por que, ao invés de transformar uma escola em tempo integral, a Secretaria de Educação do Estado não utiliza o Prédio da Escola Coronel Amâncio Bueno, hoje cedido para a Prefeitura do Município de Jaguariúna, para implantação do projeto?” Disse que ali ficava, naquele dia, aqueles questionamentos, que a partir de dois mil e treze a Escola Celso Tozzi, uma das mais tradicionais e antigas da Cidade, deixava de existir. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Rainero Venturini, Rita de Cássia Siste Bergamasco e Rubens das Virgens. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: primeiramente, dos Srs. Karina Valéria Rodrigues, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Airton Braulino Jorge foi apresentado requerimento de urgência especial, baseado na alínea”b”, inciso I, do art. 185 do Regimento Interno, para que o Projeto de Lei da Mesa Diretora da Câmara Municipal que dá nova redação ao art. 3º, da Lei nº 2.093, de 14 de maio de 2012, que versa sobre o quadro de servidores da Câmara Municipal, fosse apreciado em única discussão naquela sessão; em discussão e votação o requerimento de urgência especial, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Fábio Augusto Pina como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a feitura do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão

determinando a leitura do parecer do Relator Especial designado; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei da Mesa Diretora da Câmara Municipal que dá nova redação ao art. 3º, da Lei nº 2.093, de 14 de maio de 2012, que versa sobre o quadro de servidores da Câmara Municipal (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Em discussão e votação, foi o projeto aprovado por unanimidade de votos; a seguir, dos Srs. Karina Valéria Rodrigues, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Airton Braulino Jorge foi apresentado requerimento de urgência especial, baseado na alínea “b”, inciso I, do art. 185 do Regimento Interno, para que o Projeto de Lei da Mesa Diretora da Câmara Municipal que dispõe sobre a revisão geral anual dos valores dos subsídios dos Vereadores, nos moldes do inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, fosse apreciado em única discussão naquela sessão; em discussão e votação o requerimento de urgência especial, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Airton Braulino Jorge como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a feitura do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do parecer do Relator Especial designado; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei da Mesa Diretora da Câmara Municipal que dispõe sobre a revisão geral anual dos valores dos subsídios dos Vereadores, nos moldes do inciso X, do art. 37 da Constituição Federal (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Em discussão e votação, foi o projeto aprovado por unanimidade de votos; a seguir, dos Srs. Karina Valéria Rodrigues, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Airton Braulino Jorge foi apresentado requerimento de urgência especial, baseado na alínea “b”, inciso I, do art. 185 do Regimento Interno, para que o Projeto de Lei da Mesa Diretora da Câmara Municipal (Vereadores Antonio Mauricio Cordeiro Hossri – Presidente; Rubens das Virgens – 1º Secretário) que dispõe sobre a revisão dos valores dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, na forma do art. 3º, da Lei nº 1.812, de 16 de junho de 2008, fosse apreciado em única discussão naquela sessão; em discussão e votação o requerimento de urgência especial, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou a Vereadora Karina Valéria Rodrigues como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a feitura do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do parecer do Relator Especial designado; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei da Mesa Diretora da Câmara Municipal (Vereadores Antonio Mauricio Cordeiro

Hossri – Presidente; Rubens das Virgens – 1º Secretário) que dispõe sobre a revisão dos valores dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, na forma do art. 3º, da Lei nº 1.812, de 16 de junho de 2008; (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Em discussão e votação, foi o projeto aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Única Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei nº 018/2012 do Executivo Municipal, que dispõe sobre inclusão de projetos no Plano Plurianual para o período de 2010 a 2013 (Lei nº 1955/2009) (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, VIII do R.I.). Primeiramente, foi feita a Leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A seguir, em Discussão e votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 019/2012 do Executivo Municipal, que dispõe sobre inclusão de projetos nas diretrizes orçamentárias 2012 (Lei nº 2042/2011) (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, VIII do R.I.). Primeiramente, foi feita a Leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; 3. Projeto de Lei nº 020/2012 do Executivo Municipal, que dispõe sobre inclusão de projetos no Orçamento Geral do Município 2012 (Lei nº 2071/2011) (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, VIII do R.I.). Primeiramente, foi feita a Leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A seguir, em Discussão e votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; 4. Projeto de Lei nº 021/2012 do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para abertura de crédito adicional especial. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XII do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A seguir, em Discussão e votação, foi o mesmo referido projeto aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que queria ressaltar o que o Fabinho disse na fala dele a respeito da Zona Azul, e que eles foram convidados, realmente, para participar do lançamento do projeto na Associação Comercial, salvo engano, e que ele só gostaria de saber, que ele viu

a respeito do projeto no jornal, e, antigamente, a Zona Azul, era cobrado um real e vinte centavos a hora, só que era cobrada por minuto utilizado, e que a pessoa utilizava um minuto, era dois segundos, e era cobrado por minuto, não era intercalado a cada meia hora; disse que a sua dúvida, e que ele não tinha participado do lançamento, porque achava que um projeto dessa envergadura, e que achava que o Dr. Airton estava naquela legislatura, e confirmou com o Doutor, e que tinham chamado todo mundo na Casa, fizeram uma discussão com a Associação, apresentaram sugestões ao projeto, e que isso não foi feito, e que o projeto já tinha vindo a esta Casa, e que sua única indagação era se a hora iria ser cobrada de meia em meia, ou seja, se ele utilizasse dez minutos, pagaria meia hora, e se ele utilizasse vinte minutos pagaria meia hora, e se ele utilizasse quarenta minutos, pagaria uma hora, e que era isso que gostaria de discutir, se a cobrança iria ser feita por minuto; diante de manifestação na assembleia, disse que o projeto já tinha sido votado pela Casa, enfim, já tinham votado o projeto e dado autorização ao Executivo para executá-lo, e com a apresentação desse projeto, e ainda, diante de manifestação no Plenário, disse que poderia ser feito convênio com a Polícia Militar e a Guarda Municipal, mas aí ia sua indagação com relação ao projeto, se poderia ser feita a cobrança por minuto, como era anteriormente, e que achava que tinha que ser feita essa cobrança, e que alguém lhe informou ali no Plenário que seria de meia em meia hora, mesmo, e que ele acreditava que deveria ser mais justo para o contribuinte, ser de minuto em minuto, ou seja, se a pessoa utilizasse trinta e um minutos ela iria pagar uma hora, e que da sua parte achava que deveria ser revisto; meios digitais e eletrônicos para se fazer essa cobrança havia; disse que outra coisa que ele gostaria de dizer a todos, ele foi procurado, recentemente, pelo Tomazinho, e muitos sabiam dele a preocupação com relação ao tombamento de bens imóveis da Cidade, e ele tinha se mostrado bastante indignado com a posição da Câmara em virtude deles não tomarem nenhuma iniciativa em ter uma lei de tombamento, e, infelizmente, o Executivo dizia que eles, ele e o Fabinho, mandou arquivar o projeto de tombamento que existia nesta Casa para ser discutido; disse que o Prefeito retirou e, infelizmente, não sabia porque tinha retirado, porque naquele momento eles nem tinham tido a possibilidade de discuti-lo, ainda, e teria que ser feito emendas, e não houve a possibilidade, e que foi ventilado para ele, lá, que não iria passar o projeto e que ele e o Fabinho tinham feito a solicitação para ser retirado o projeto da Casa; disse que isso não era verdade, e de nenhuma forma eles tinham esse pensamento, e que falou para o Tomaz que ele comungava com os tombamentos desde que fosse por lei municipal, e falou para o Tomaz que ele visse os prédios públicos e os prédios

particulares que ele quisesse tomar, porque dizia-se que o Executivo iria mandar um projeto de lei para a Câmara, e que já era para por no projeto de lei os prédios que queriam tomar, para eles discutirem; diante de manifestação no Plenário, disse que achava que por lei o tombamento era muito mais legítimo do que ser por apenas um decreto, e que era lógico que tinha um Conselho que iria falar dos prédios que tinham que ser tombados, e eles, por lei, decretariam o tombamento, porque eles iriam mexer com bens móveis e imóveis de terceiros; disse ter dito ao Tomaz que propusesse no projeto de lei todos os projetos que ele queria tomar, e que ele iria ter o voto favorável dele com relação a isso, e que ele não era contra a nenhum tipo de tombamento, pelo contrário, só achava que a Câmara tinha que ser participativa, porque deixar só para um órgão colegiado decidir isso, iria acontecer que no amanhã ou depois se poderia usar isso politicamente, mudava-se a administração, poder-se-ia tentar perseguir determinadas pessoas e isso não era justo, e que a Câmara era o verdadeiro órgão para legitimar qualquer lei e qualquer tombamento, e que tinha sido isso que sugeriu ao Tomaz, e ele, realmente, estava exaltado com relação ao posicionamento deles, e voltou a dizer que ele, Alfredo Chiavegato Neto, não pediu para tirar o projeto, de forma alguma, desta Casa, e tinha certeza que o Presidente da época não o solicitou assim, e se o Executivo tirou foi para tentar reformulá-lo, e que achava que eles nem chegaram a discutir; disse que cabia, realmente, ao Executivo encaminhar o projeto, o processo que viesse para esta Casa para discutir com uma certa ..., enfim, que eles tivessem a possibilidade de discutir, e agradeceu; a seguir, tomou a palavra a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco que cumprimentou a todos, dizendo que só gostaria de retribuir os parabéns do Sr. Fábio Pina em relação à questão das casas, quando ele solicitou a Secretaria e o seu nome, e o agradeceu por ter se lembrado, e que ela gostaria, também, de lembrar que, na verdade, a Secretaria de Assistência Social, e que ela estava falando, não como Vereadora, mas como Assistente Social, foi uma sugestão desde o início do processo que eles envolvessem a Câmara Municipal, porque achava que eles, Vereadores, toda vez eles reclamavam exatamente, que eles ficavam excluídos dos processos todos que aconteciam no Município, e como sugestão deu que eles envolvessem a Câmara Municipal, e não só vindo ali e dando toda explicação que fosse necessária, mas que também tivesse um representante da Câmara Municipal participando integralmente do processo; disse que tinham estado na Câmara e estiveram três Vereadores, era o Fred, o Renê e achava que o Dr. Airton, e mais ninguém, e que explicaram os critérios e porquê a Secretaria de Assistência estava envolvida, porque existia o cadastramento único, e que foi explicado; disse que no Edital que saiu no

Jornal, onde falava da pontuação, também sugeriram que tivesse um representante da Câmara Municipal acompanhando todo o processo, e, infelizmente, não tiveram a indicação, disse ao Sr. Presidente, e havendo manifestação no Plenário, ela disse que não compareceu, e que não tiveram ninguém acompanhando o processo; disse que, na verdade, achava que eles tinham o direito de cobrar, mas eles também tinham o direito de... achava que eles tinham que participar, e que se se dispôs a vir na Casa, se dispôs a explicar, não se podia dizer que não conhecia o processo, não veio, exclamou; como conhecia? Não leu o jornal, não viu como foi a pontuação, não viu o que era, tinha um cronograma e achava que a Câmara deveria, deveria pedir o cronograma feito pela Caixa Econômica Federal, lá tinha as datas de quando devia sair isso, como devia sair aquilo e que, naquele dia de manhã, houve uma reunião onde se fechou um cronograma até o final do ano, e que achava que a Câmara tinha sim que tomar partido disso, porque isso envolvia uma grande gama e foi um desafio muito grande porque a Caixa Econômica disse que o Município de Jaguariúna não tinha demanda, e eles tinham demanda, era um Município que vinha crescendo, e que não se podia correr o risco, foi o Município que sempre teve um desenvolvimento planejado, e que não tinham favela, não tinha um monte de situações porque foi planejado, e que não podiam deixar de planejar; disse achar que eles tinham que prestar atenção nisso; entre outras coisas disse que, quanto à questão do tombamento, pegando a questão do Fred, disse que estavam acordando um pouquinho tarde, porque se eles pegassem fotos do Município, de dez, quinze anos atrás e pegar agora, iriam sentir grande diferença de grandes prédios, a começar pela Cândido Bueno, que não viam nenhum prédio antigo aí mais, foram todos derrubados, todos foram derrubados, e iriam ser outros derrubados sim, porque se ninguém tomasse providência iria continuar se derrubando; disse que quando discutiram em dois mil e nove a formação do Conselho na Câmara, ela tinha sido uma das pessoas que discutiu e muito, e fizeram, inclusive uma reunião com todo mundo, porque o Conselho não era paritário, ele tinha uma maioria do Poder Público, tinha representante não sabia da onde, não sabia da onde, não sabia da onde, e que isso foi uma briga para que se tivesse um conselho paritário, porque o conselho paritário ele fazia justiça à questão da análise, ele não ficava só na mão do Poder Público, e que, realmente, ela não sabia, hoje, como estava a questão do Conselho, porque o Conselho sim tinha o poder de indicação quais os imóveis e o que devia ou não devia ser tombado, e achava que o pessoal deveria ficar atento aí à questão deles não cobrarem aquilo que também eles não acompanhavam; agradeceu; a seguir, tomou a palavra a Sra. Karina Valéria

Rodrigues que cumprimentou a todos, dizendo que, realmente, existiu aquele convite ali na Câmara, como também o Edison um dia tinha comentado que tinha uma reunião no Gabinete com a Rita e os Vereadores, e que nenhum Vereador foi, porque eles não foram convidados pelo Gabinete, e que talvez os dois milhões e meio que o Gabinete tinha de comunicação, não estivesse funcionando, e que todos eles tinham residência fixa, e que sua assessora estava o dia inteiro na Câmara e não recebeu esse convite, como também ela concordava que foi publicamente esse evento que teve na Câmara, e que ela não esteve, e, realmente, o sorteio no teatro, disse à Rita, que o Gabinete não convidou os Vereadores, os Vereadores que estiveram no Teatro, que ela esteve numa parte no primeiro dia, e o Edison, eles não tiveram um convite oficial, e diante de manifestação no Plenário, disse que ela não recebeu; disse que a questão era que era obrigação dos Secretários, era obrigação do Gabinete comunicar à população de seus atos, e, por consequência convidar os Vereadores que eram os representantes da população nesta Casa, isso quando o convite não vinha atrasado, e que já receberam pulseiras para eventos uma semana depois do evento, e, que, realmente, dizia isso; a seguir disse que vinha ali começar sua fala, dizendo que a Cidade tinha ótimas praças e ótimos parques, e que ela gostaria de entender, porque aos domingos estavam expondo a população na Avenida Poltronieri, em frente aos Supermercados, as crianças a quarenta graus de sol, tendo grandes parques, e que existia todos os domingos um evento até legal, era uma cópia daquilo que a ONG Pra Frente Brasil fazia, só que eles faziam bem, eles faziam mal, e eles faziam isso numa avenida que não tinha uma árvore, tinha criança com insolação, tinha brinquedo inflável que ao meio dia ficava a quarenta e cinco graus de temperatura, e ninguém fazia isso, disse dizer isso, porque muitas vezes existiam dois pesos duas medidas; sobre a Zona Azul disse ao nobre Presidente, ela iria ser uma porta bandeira, de que a Zona Azul não valia nada, a Guarda Municipal não podia multar, o único que podia multar era a Polícia Militar, e se tivesse um convênio, porque criar leis era fácil, mas quem iria fiscalizar a Zona Azul? Quem iria ser responsável? Onde iria o dinheiro da Zona Azul, porque iria ter uma verba de multas, e essas multas achava que deveriam ser para educação do tráfego, educação infantil no trânsito, enfim; disse comentar isso porque a Zona Azul era uma boa ideia se ela tivesse um fundamento educativo, se eles soubessem quem iria multar, e se as pessoas que iam multar tinham capacidade para isso; a seguir disse à Rita que, realmente, ela tinha participado, achava que o sorteio no Teatro tinha sido de uma lisura incrível, foi de um grau de emoção muito grande, e que ela não vislumbrava qualquer tipo de beneficiamento no sorteio porque era

praticamente uma urna transparente com os papeizinhos, e que ela apenas achava que muitas vezes os Vereadores não frequentavam alguns locais porque eles não eram convidados, e que achava que tinham Secretários que tinham preguiça de mandar um convite para a Câmara; diante de manifestação no Plenário disse que era um ponto de vista, e que achava que eles irem ou não irem, era uma escolha deles, convidar os Vereadores era uma obrigação do Executivo, dos Secretários, e que eles tinham o livre arbítrio de ir onde achavam que era necessário ir, e que eles não eram obrigados a ir em nenhum evento; todo Secretário e o Executivo era obrigado a lhes convidar e comunicar porque eles eram os representantes do povo, e que ali ficava sua sugestão, e que ela voltava a falar que ela gostaria de saber quem teve a péssima ideia desse evento na Poltronieri, em frente ao Bon Netto, Lavapés, lá, e que o evento era uma boa ideia, mas não no lugar que não tinha uma árvore, e que eles vinham tendo dias com muito sol que vinha atrapalhando esses eventos, e que ali ficava registrado, e que gostaria de registrar ali, que o loteamento, e disse ao Fred que era loteamento mesmo, de cargos de diretoria e cargos de dois mil, três mil, quatro mil reais, nos últimos dias para membros de partido visando a campanha eleitoral; ou seja, tinha cargo de diretoria, tinha cargo de... enfim, tinha cargo sendo dado sem qualificação, porque a Rita outro dia tinha falado uma coisa muito interessante, e que não adiantava só nomear, tinham que nomear gente capacitada para ocupar esse cargo, e o que vinham vendo nos últimos dias era que qualquer membro de Partido mixuruca era nomeado para uma diretoria, ganhando quatro mil reais; disse achar que eles estavam comprometendo ainda mais o orçamento para tentar agrandar um fato eleitoral, o que ela achava perigosíssimo; disse que a eleição iria acontecer dali a quatro, cinco meses, mas não iriam comprometer o orçamento da Cidade dando um monte de cargo para pessoa que estava ganhando; diante de manifestação no Plenário, disse que ela falou que recebeu e que não veio porque não quis; disse de deixar ali aquele registro, ficava ali e concordava com a Rita, achava que cada Vereador deveria procurar seu espaço e tentar frequentar sim, e frequentar era uma questão de marketing, era uma estratégia dele, o Vereador tinha essa liberdade de ir ou não ir a um lugar que ele tinha sido convidado, mas era obrigação do Executivo e do Gabinete convidar os Vereadores que em troca eram representantes do povo, para todos os eventos que tinha, e pior, disse ao Sr. Presidente que iria fazer um requerimento, se alguém pudesse avisar o cerimonial da Prefeitura, que Vereador era uma autoridade, sendo oposição ou posição, seria importante, porque eles chegavam nos eventos, eles não eram nem anunciados, não eram nem citados, e que ela

achava que, independente da sigla partidária, independente da posição na Casa, Vereador era uma autoridade no Município, e em qualquer evento o cerimonial tinha obrigação de citar a presença deles, eles fossem de posição ou de oposição; desejou boa noite; a seguir, tomou a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos, novamente, dizendo primeiramente, que já estava para falar, também, mas que ele tinha uma opinião a respeito da Avenida, e que achava que não deveria ser feito lá por causa do trânsito, e que era lógico que com a experiência que a Vereadora tinha com esse tipo de evento, como foi bem salientado ali, achava que não era feito nos Parques para as pessoas não verem os banheiros quebrados, a falta de papel higiênico, a falta de manutenção, o mato crescendo, mas que essa era sua opinião, por isso que era feito no asfalto, no sol quente para as crianças, atrapalhando o trânsito e tudo; com relação ao convite, disse à nobre Vereadora Rita, que ele tinha sido entregue para eles no dia dezoito, e queria saber quem tinha feito o convite para a Casa, sendo que foi o nobre Presidente que tinha assinado, então, não tinha sido o Executivo que os convidou? O Sr. Presidente que os convidou para irem, e perguntou quem tinha falado com ele que era para os Vereadores virem, e que ele não tinha entendido, porque não tinha sido o Executivo, e que não sabia quem tinha convidado e que foi feito no dia dezessete, e foi entregue no dia dezoito, e que às vezes, a agenda de alguns Vereadores também poderia ser que não batesse com a data, tudo, e que naquela época a nobre Vereadora estava licenciada já, com o requerimento aprovado pela Casa, fazendo um excelente trabalho, como ele já tinha dito, e que dizia ali: “Equipe da Secretaria de Assistência Social”, embaixo “Rita Bergamasco”, e que não sabia quem era a Secretária naquela época, quem respondia pela pasta, também, mas que tinha certeza que foi feito um excelente trabalho; disse que um convite feito, e que não foi feito pelo Executivo, quem assinou foi o Presidente da Casa, e o agradeceu, e perguntou se o Executivo tinha mandado? Disse que foi entregue no dia dezessete para o dia dezoito para eles estarem ali, e que um programa que vinha sendo feito há dois, três anos de construção, era só a primeira vez, era só para eles referendarem o que foi feito, sem a opinião deles, sem saber os critérios, e que foi feito isso porque eles entendiam isso, e que só para aceitar não precisava ter vindo; disse que se tivesse feito lá trás, até porque o cadastro das casas, das pessoas, se não se enganava, estava uma discussão se ia para a Secretaria de Planejamento, na época do Morrinho, que, politicamente, era mais favorável ao não, ou voltaria para a Secretaria de Assistência Social, e que se lembrava dessa discussão, e que não se recordava de ter sido convidado para a elaboração, não só para ser comunicado como o Executivo fazia muitas vezes, e

que não tinha sido o Executivo, tinha que agradecer ao Presidente, pelo menos iriam ter uma noção, mas já estava tudo pronto; disse achar que eles, Vereadores, tinham que ter mais participação, concordava, mas tinham que ter participação desde o começo, e que chegar no final, no dia dezoito, e perguntou quando tinha sido a entrega no Teatro; alguém do Plenário comunicou a data, e ele disse que não era possível com dez dias de antecedência ficasse tudo pronto, e disse que falava do sorteio, e que ele podia ter usado de forma errada, e diante de manifestação no Plenário disse que ele não estava dizendo que não foi feito isso na reunião, estava dizendo que o convite não tinha sido feito pelo Executivo; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto pediu um aparte, e lhe foi concedido, e o mesmo disse que gostaria, em defesa da Rita, de dizer que várias vezes tinha ligado para ela para entender como seria, e confirmou com a Rita, e que além de participar naquele dia, perguntou para ela suas dúvidas, e a mesma explicou que o sorteio que ocorreu... e o Sr. Fábio Pina perguntou se o Vereador tinha dado alguma sugestão, e o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que, na verdade, era um programa do Governo Federal, e que a Rita só tinha entrado com uma sugestão, que foi pelo Conselho de Habitação, que foi apresentado tal sugestão, que tinha que ser referendado pelo Conselho, e ela apresentou a eles como seriam os critérios... e o Sr. Fábio Pina perguntou por que eles estavam discutindo se o Vereador tinha que participar ou não tinha que participar? O Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que ele só estava falando para ele que a Rita, realmente, ele nas suas dúvidas, ela sempre esclareceu; o Sr. Fábio disse que para ele, também, não podia reclamar da Rita, não reclamou; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto continuou dizendo que foi um sorteio da hierarquização, pessoas que tinham deficiência física, portadores de necessidades especiais, idosos, mulheres arrimos de famílias, e outros critérios, e cada grupo iria ser sorteada a hierarquização, para depois sim a Caixa fazer a triagem de quem seriam os mais... O Sr. Fábio Augusto Pina disse que o que ele perguntou, era quando a Caixa iria fazer, porque ainda não tinha a licença da CETESB, e diante de manifestação no Plenário, comentou que tinha sido naquele dia, então, iria ainda ter reunião para passar para eles, e agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá que disse que com relação à questão da reunião, da convocação dos nobres Pares, naquele dia que houve a conversa na Câmara, ele não pôde estar presente por questões objetivas, mas tinha estado presente, anteriormente, conversando com a Rita, onde ela expôs a questão, e que ele entendeu, e houve, também, uma conversa no Gabinete que, na verdade, não houve, e segundo a informação que ele obteve que os Vereadores foram chamados, para essa conversa, e entre outras coisas, disse

que ele estava colocando aquilo que ele ouviu e inclusive viu lá, a colocação na hora, lá, a Secretária, ligando para alguns Vereadores e perguntando onde eles estavam, se iriam vir ou não; disse que ficou só ele lá e a Rita e não apareceu mais ninguém e por aí foi; comentou que dentro desse debate com relação aos critérios, que inclusive foram colocados lá, esteve lá presente na grande maioria dos sorteios que lá aconteceu, e, em nenhum momento foi colocado que as pessoas lá tinham recebido casa, e que aquilo foi um processo de classificação, tal, que ainda iria ser colocado para a Caixa, e tudo isso foi explicado para as pessoas; disse que a todo momento isso foi dito por diversas vezes, na grande maioria dos eventos que ele participou, só dois que ele não participou, e lá foram colocados dessa forma; disse que o trabalho que foi realizado foi um trabalho importante, relevante, e que a Rita que esteve à frente daquele trabalho, estava de parabéns, porque sabiam, também, que aquele projeto era um projeto da Caixa, que tinha umas regras já definidas, algumas questões foram propostas, no sentido de melhorá-lo, e isso foi feito, e com relação a esta nova mudança, nova mudança, não, a continuidade com essa nova programação, era importante que eles tivessem aí, e fizessem, em nome de todos os Vereadores, que todos tivessem, pedissem em nome da Casa, que a Câmara tivesse todas as informações necessárias para que eles pudessem saber como iria ser o desenrolar dessa questão; disse que todo esse debate, com relação à questão de que foi ou não foi convidado, pelo menos ele podia dizer que ele foi, e não estava ali omitindo nada com relação a isso; disse com relação à questão da Zona Azul, compartilhava da opinião que ninguém foi convidado, porque ele também não foi, e que não era porque ele não foi, que os outros não foram, porque ali a grande maioria não foi, que na verdade, tinha recebido um convite para participar do evento de lançamento, e que isso era uma coisa, também, que eles precisavam, e iria levar essa colocação lá, e todos deveriam levar o repúdio com relação a isso, e que achava que eles deveriam participar e saber disso, e que, na verdade, esse negócio de Zona Azul era um problema que existia em todas as cidades, e a grande maioria das cidades onde tinha Zona Azul, vinham entrando na Justiça e a Prefeitura vinha perdendo; por exemplo, Amparo, que foi colocado lá no primeiro Governo do PT, teve lá um processo, caiu a questão da Zona Azul, porque mesmo tendo legislação pertinente ao caso, na Câmara, e isso acabava tendo problema, porque existia aquela questão no ponto de vista jurídico do debate, se a questão do trânsito era municipalizada ou não era, e que essa era uma questão, que inclusive ele já tinha visto decisões de juízes, inclusive até tinha sido tema de um estudo lá da Faculdade onde ele fazia Direito sobre esta questão e na grande maioria os

juizes vinham dando a favor dos municipais, e que não tinha validade essa questão, como não teve, também, aquela que foi colocada no outro governo, não teve, e que essa também não teria, porque era um debate que estava colocado, e ainda precisava-se discutir muito, e uma coisa que foi colocada aí era o atropelo, como foram feitos no outro, e que foi feito neste também, estava atropelado e estava um negócio completamente fora de um contexto dentro do ordenamento jurídico, e que isso precisava ser debatido muito, porque senão acabava caindo no descrédito, e que era fato, que era um problema na Cidade, que a grande maioria das cidades, hoje, isso era problema, que era a questão de que todo mundo sabia que a população aumentou seu poder de compra, hoje estava tendo muito mais carro, inclusive o Governo sempre quando tem problema de crise nesse setor, diminui o IPI, a população comprava mais carro, e que não se conseguia, hoje, estacionar no centro da cidade, não se conseguia, era uma dificuldade achar um espaço para poder colocar seu carro para se fazer compra no mercado, o funcionário vinha trabalhar com carro, o dono vinha trabalhar com carro, e ocupava a grande maioria do cento da cidade, e acabava tendo grande dificuldade, e isso era um problema, não só na Cidade de Jaguariúna, mas na grande maioria das cidades do Brasil, e que essa era uma situação, realmente, difícil e que precisava ser debatido; disse que pensava sim, que precisavam, inclusive, também, chamar, disse ao Sr. Presidente, pela Câmara, um debate com relação àquela questão, para que depois, também, quando algum município viesse questioná-los, a respeito disso, eles também saberem como iria ficar essa situação; disse achar que eles tinham que chamar ali um debate sobre isso, a Câmara fazer isso, para verem como iria ser feito isso, como era, dentro da questão jurídica, para eles não caírem no descrédito com relação a isso, que achava que iria acabar caindo, mas de qualquer forma tinham que tomar pé da situação; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Rubens das Virgens que a passou. Terminada a Explicação Pessoal o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia doze de junho de dois mil e doze, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri
Presidente

Referente à Ata da 13ª Sessão Ordinária, realizada aos 5 de junho de 2012.

Vereador Fábio Augusto Pina
Vice-Presidente

Vereador Rubens das Virgens
Primeiro Secretário

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Segundo Secretário




Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019


VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

